

RESULTADO FINANCEIRO X RESULTADO ECONÔMICO, COMPARAÇÃO ENTRE RELATÓRIOS CONTÁBEIS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DA BOLSA BRASILEIRA DE 2022 A 2024

Andriele Knop Zepechouka¹

Leonardo Monteiro Batista²

Celso José de Oliveira³

RESUMO

O presente estudo analisa a relação entre resultado econômico e resultado financeiro em instituições bancárias brasileiras listadas na Bolsa de Valores entre 2022 e 2024. O objetivo é verificar se os lucros contábeis, evidenciados pela Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), correspondem à geração de caixa operacional, apresentada na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). A fundamentação teórica apoiou-se em autores como Iudícibus, Marion e Assaf Neto, que ressaltam a contabilidade como instrumento essencial de apoio à tomada de decisões. Enquanto a DRE demonstra o desempenho econômico pelo regime de competência, a DFC retrata a liquidez efetiva pelo regime de caixa, podendo revelar divergências significativas entre rentabilidade e capacidade de geração de recursos. A pesquisa caracteriza-se como exploratória aplicada, de abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando o método documental. Foram analisados dados públicos e auditados de dez instituições financeiras, referentes aos exercícios de 2022 a 2024. Os principais indicadores observados foram o lucro líquido, o fluxo de caixa operacional e a diferença entre ambos. Os resultados indicaram que, de forma geral, há proximidade entre os relatórios. Contudo, metade das instituições apresentou discrepâncias, como nos casos do Bradesco (2025) e do Santander (2024), em que lucros contábeis positivos coexistiram com fluxos de caixa negativos, impactados por variações em ativos, ajustes contábeis e aumento de tributos. Conclui-se que não há correspondência absoluta entre resultado econômico e resultado financeiro.

¹ Estudante do 7º período do curso de Ciências Contábeis na FAE Centro Universitário. Voluntária do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2024-2025). *E-mail:* andriele.knop@mail.fae.edu

² Estudante do 7º período do curso de Ciências Contábeis na FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2024-2025). *E-mail:* leonardo.batista@mail.fae.edu

³ Mestre em Engenharia de Produção – UFSC. *E-mail:* celso.oliveira@fae.edu

Empresas podem exibir rentabilidade sem liquidez, reforçando a necessidade da análise conjunta da DRE e da DFC. Pesquisas futuras devem ampliar o escopo para outros setores e indicadores, a fim de aprofundar a compreensão sobre a sustentabilidade econômico-financeira das organizações.

Palavras-chave: Resultado Econômico. Resultado Financeiro. Setor Bancário. Fluxo de Caixa. Rentabilidade.

INTRODUÇÃO

O desempenho empresarial necessita que compreendamos as diferentes dimensões da contabilidade e das finanças. Encontramos aí, os principais conceitos utilizados nesse processo: Resultado Econômico e o Resultado Financeiro, que apesar de se relacionarem entre si, possuem naturezas distintas. A compreensão dessas diferenças é essencial para avaliar tanto a eficiência operacional quanto a capacidade de liquidez de uma empresa (Iudícibus, 2019).

Nos últimos anos, o setor bancário brasileiro enfrentou um ambiente econômico desafiador, marcado por incertezas políticas, os efeitos econômicos residuais da pandemia de Covid-19, aumento da inadimplência e oscilações significativas na taxa básica de juros (Selic). Entre 2022 e 2024, por exemplo, a Selic atingiu patamares elevados, encarecendo o crédito e pressionando os resultados financeiros das instituições. Esse cenário reforça a importância de se avaliar, além do lucro contábil, a real capacidade de geração de caixa das empresas, especialmente no setor financeiro, onde o ciclo operacional é altamente sensível a mudanças macroeconômicas (Banco Central Do Brasil, 2024).

Segundo Marion (2022) em um mundo dinâmico a contabilidade passou a ser uma área essencial nas empresas, pois é a responsável por fornecer as informações que auxiliam nas tomadas de decisão. Através dela é possível fazer o gerenciamento quantitativo de todas as operações que acontecem dentro de uma empresa, por isso é essencial o entendimento dos relatórios contábeis. Para uma análise econômica pode-se analisar a Demonstração do Resultado do Exercício, enquanto para uma análise financeira a Demonstração do fluxo de caixa é mais precisa, com isso é fundamental compreender a diferença entre dois relatórios.

Para Marion (2022), o resultado econômico está associado ao cálculo do lucro ou prejuízo contábil obtido em determinado período. O resultado encontrado está ligado ao regime de competência, onde as receitas e despesas são contabilizadas independentemente de terem sido recebidas ou pagas, evidenciando a capacidade da organização em gerar riqueza a partir dos processos produtivos, desconsiderando a entrada e a saída de recursos.

O Resultado Financeiro está ligado ao fluxo de caixa, isto é, as entradas e saídas efetivas de recursos monetários. Para Assaf Neto (2020) representa a liquidez da empresa, evidenciando os valores de caixa e demonstrando a capacidade de uma organização em saldar seus compromissos. Exemplificando, caso a empresa faça vendas a prazo em um determinado mês, sem recebimento de recursos, a mesma pode ter um lucro contábil significativo, no entanto, se não houverem entradas de recursos financeiros ela pode ter gerado no período, um resultado financeiro negativo.

O presente estudo, tem como objetivo, verificar se os resultados financeiros e os resultados econômicos de Instituições Bancárias listadas na Bolsa de Valores do Brasil, seguem padrões. Onde verificaremos se os lucros econômicos têm relação direta com os financeiros, ou seja, se a instituição bancária a partir dos seus lucros apresentou aumento do caixa gerado pelas atividades operacionais, ou seja, atividades relacionadas à atividade principal.

Conforme trabalhos anteriores, como “Resultado econômico X Resultado Financeiro”, produzido por Daniela de Almeida Alliatti em 2012, já foi discutida a relevância da análise da demonstração financeira contábil sob diferentes enfoques. No entanto, ainda ocorrem interpretações equivocadas, por conta de análises isoladas dos relatórios. Por isso, este artigo propõe como problema de pesquisa: “Há uma relação entre o resultado econômico e resultado financeiro?” Para atingir esse objetivo será realizado uma abordagem qualitativa comparativa de demonstrações contábeis de bancos. Espera-se que com o resultado tenha-se uma análise de se há alguma relação entre o resultado econômico e financeiro das empresas.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) ocupa papel central na contabilidade societária, sendo definida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 26 (2011) como o relatório destinado a evidenciar o desempenho econômico de uma entidade em determinado período. Sua função principal é mensurar o resultado líquido do exercício, permitindo avaliar a rentabilidade obtida pelas operações da empresa ao longo de um ciclo fiscal.

Estruturalmente, a DRE organiza-se de maneira sequencial: inicia-se pelas receitas líquidas, das quais são deduzidos os custos e despesas operacionais, resultando no lucro ou prejuízo operacional. Em seguida, são considerados os ganhos ou perdas de natureza financeira e de investimentos, culminando com a dedução dos tributos, até se alcançar o resultado líquido do exercício. Esse encadeamento garante a transparência na apuração do lucro contábil, atendendo ao princípio da competência.

Conforme Santos, Ludícibus, Martins e Gelbcke (2022), a DRE deve ser elaborada com clareza, objetividade e rigor metodológico, observando-se as normas do CPC 26. Essa padronização assegura que as informações sejam compreensíveis a diferentes usuários – gestores, investidores, credores e auditores – permitindo a análise comparativa entre exercícios e entre empresas do mesmo setor.

Além de apresentar o desempenho passado, a DRE fornece subsídios para a projeção de tendências futuras, sendo ferramenta relevante para a análise de rentabilidade e eficiência operacional. Por essa razão, constitui um relatório indispensável ao processo de tomada de decisão, especialmente em cenários de alta competitividade e necessidade de planejamento estratégico.

Em contrapartida, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), regulamentada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 03 (2010), possui finalidade distinta: sua função é evidenciar a movimentação financeira efetiva da empresa, isto é, as entradas e saídas de recursos monetários em determinado período. Diferentemente da DRE, que se baseia no regime de competência, a DFC reflete o regime de caixa, apresentando uma visão direta da liquidez empresarial.

A estrutura da DFC é organizada em três grupos: atividades operacionais, que abrangem recebimentos de clientes e pagamentos a fornecedores, empregados e impostos; atividades de investimento, relacionadas à aquisição ou venda de ativos de longo prazo, como imóveis e participações societárias; e atividades de financiamento, que contemplam operações de captação ou devolução de recursos, incluindo empréstimos, emissão ou recompra de ações e pagamento de dividendos.

Segundo Santos, Ludícibus, Martins e Gelbcke (2022), a DFC permite avaliar a real capacidade de a empresa gerar caixa, pagar suas obrigações e financiar sua expansão. Por esse motivo, constitui um instrumento indispensável para a análise de solvência e risco financeiro, fornecendo informações que não podem ser extraídas apenas do resultado contábil.

Uma das principais diferenças entre os dois demonstrativos reside no fato de que o lucro contábil não implica necessariamente geração de caixa. Empresas podem apresentar resultado econômico positivo, revelado pela DRE, e, simultaneamente, enfrentar dificuldades de liquidez, caso as receitas não se convertam em entradas financeiras imediatas. Essa discrepância evidencia a importância de interpretar os relatórios de forma integrada.

Nesse sentido, a DRE e a DFC devem ser vistas como relatórios complementares. Enquanto a primeira fornece uma visão sobre a eficiência operacional e a criação de valor econômico, a segunda retrata a solidez financeira de curto prazo, revelando a capacidade de manter a atividade empresarial em funcionamento. A ausência dessa análise conjunta pode levar a interpretações parciais e até equivocadas sobre a situação da organização.

Portanto, a fundamentação teórica evidencia que, embora ambos os relatórios estejam amparados por pronunciamentos contábeis distintos – CPC 26 para a DRE e CPC 03 para a DFC –, sua análise integrada é fundamental para compreender a realidade

das empresas em sua totalidade. Dessa forma, é possível conciliar as perspectivas de rentabilidade e liquidez, assegurando uma avaliação mais precisa da saúde econômico-financeira das organizações.

Como ressalta Marion (2022), a contabilidade tem como uma de suas finalidades essenciais fornecer informações úteis para a tomada de decisões gerenciais e estratégicas. Sob essa ótica, tanto a DRE quanto a DFC devem ser interpretadas não apenas de maneira técnica, mas também como instrumentos de apoio à gestão, pois permitem identificar fragilidades e potencialidades do negócio.

Assaf Neto (2020) complementa essa visão ao destacar que a análise financeira eficaz deve considerar simultaneamente indicadores de desempenho econômico e de liquidez. Segundo o autor, é comum que empresas rentáveis enfrentem dificuldades de caixa em virtude de seu ciclo operacional ou de estratégias de expansão, o que reforça a necessidade de avaliar em conjunto o lucro contábil e os fluxos de caixa.

2 METODOLOGIA

Conforme destaca Gil (2022) em Como Elaborar Projetos de Pesquisa, este estudo enquadra-se como uma pesquisa exploratória aplicada, conduzida sob uma abordagem quantitativa e qualitativa. A escolha desse delineamento decorre da necessidade de compreender não apenas os aspectos numéricos das demonstrações contábeis, mas também as implicações analíticas e conceituais da relação entre resultado econômico e resultado financeiro.

O foco da investigação recai sobre a comparação entre dois instrumentos fundamentais da contabilidade: a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Enquanto a primeira reflete o desempenho econômico da entidade com base no regime de competência, a segunda evidencia a situação financeira e a liquidez por meio do regime de caixa. Assim, ao serem analisadas em conjunto, essas demonstrações oferecem uma visão mais ampla da realidade empresarial.

Para alcançar esse objetivo, adotou-se o método de análise documental, sustentado por informações públicas, auditadas e disponibilizadas nos portais de relações com investidores das instituições analisadas. Essa escolha metodológica garante a fidedignidade dos dados e assegura que os resultados obtidos possam ser validados por outros pesquisadores em estudos futuros.

A amostra selecionada é composta por dez instituições financeiras de capital aberto, todas pertencentes ao setor bancário brasileiro. O critério de escolha levou

em consideração a representatividade econômica desse segmento, que possui impacto direto no sistema financeiro nacional, além da ampla disponibilidade de dados contábeis. O período analisado compreende os exercícios de 2022 a 2024, o que possibilita uma avaliação recente e suficientemente longa para identificar padrões e variações relevantes. Os dados foram sistematizados em planilhas, de modo a viabilizar uma análise estruturada. Foram examinados três indicadores principais: o lucro líquido, extraído da DRE; o fluxo de caixa operacional, apresentado na DFC; e a diferença entre esses dois resultados. A partir dessa comparação, buscou-se compreender até que ponto os lucros contábeis efetivamente se traduzem em geração de caixa.

A importância desse enfoque reside no fato de que divergências entre resultado econômico e resultado financeiro podem indicar riscos à sustentabilidade das instituições, mesmo em cenários de aparente lucratividade. Tal fenômeno é particularmente relevante no setor bancário, em que variações em ativos, passivos e exigências regulatórias podem impactar fortemente o caixa sem afetar, de imediato, o resultado econômico.

Por fim, o estudo pretende contribuir para a compreensão das limitações de análises isoladas de relatórios contábeis. A investigação propõe, assim, que a interpretação conjunta da DRE e da DFC é imprescindível para uma avaliação completa da saúde financeira das organizações, fornecendo subsídios para a tomada de decisão tanto de gestores quanto de investidores.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente estudo teve como finalidade analisar a relação entre resultado econômico e resultado financeiro nas instituições bancárias brasileiras listadas na Bolsa de Valores Brasileira entre os anos de 2022 e 2024. O objetivo central foi verificar em que medida o lucro contábil, apurado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), guarda correspondência com a geração de caixa operacional, evidenciada pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), nas suas Atividades Operacionais.

Em um primeiro momento, a análise foi realizada de maneira global, sem a separação por segmento. Nessa perspectiva inicial, observou-se que havia uma tendência de proximidade entre os dois relatórios: quando o resultado econômico se mostrava positivo, o fluxo de caixa operacional também acompanhava esse desempenho, e o contrário também se verificava. Essa constatação reforçou a hipótese inicial de convergência entre os dois indicadores.

Entretanto, ao direcionar o estudo especificamente ao setor bancário, composto por dez instituições financeiras analisadas, a pesquisa evidenciou um quadro distinto. Metade dessas instituições apresentou divergência entre os demonstrativos, ou seja, registraram lucro líquido positivo, mas fluxo de caixa operacional negativo. Essa constatação revela que a geração de caixa nem sempre acompanha o desempenho econômico das instituições.

Abaixo apresentamos uma TABELA ilustrando esse trabalho com os dados referentes ao ano de 2024 dos dez Bancos Brasileiros que foram objeto desta pesquisa:

TABELA 1 - Comparativo entre os Resultados de Bancos

Banco	Resultado do Exercício	Geração de Caixa Operacional
ABC	971.274	-228.771
BMG	279.349	816.866
PAN	528.229	-689.254
BANRISUL	727.798	16.524.439
BRADESCO	17.542.153	50.228.485
BRASIL	29.171.564	127.208.098
BTG	11.080.445	7.819.027
ITAU	42.128.000	7.069.000
SANTANDER	13.413.763	-27.802.357
PINE	101.734	2.030.872

FONTE: Adaptado de B3 S.A. [s.d.]

O Banco Bradesco S.A. (2025) apresentou um exemplo significativo dessa discrepância. Em 2022, o banco havia registrado fluxo de caixa operacional de R\$ 49,8 bilhões positivos. Contudo, no exercício de 2023, esse resultado reverteu-se para R\$ 177,6 milhões negativos. A análise detalhada dos demonstrativos contábeis evidenciou que a reversão não decorreu de um único fator, mas da combinação de elementos estruturais e conjunturais.

Entre os fatores que explicam essa queda destacam-se a redução expressiva do resultado antes dos impostos, que passou de R\$ 24,6 bilhões em 2022 para R\$ 10,2 bilhões em 2023, diminuindo a base de geração de caixa. Além disso, verificou-se um agravamento das variações em ativos operacionais, que resultaram em uma aplicação líquida de R\$ 280 bilhões em 2023, contra R\$ 175 bilhões em 2022, representando um acréscimo de R\$ 104,5 bilhões no consumo de caixa.

Outro elemento de peso foi a reversão nas movimentações de ativos financeiros a valor justo, que em 2022 haviam representado uma entrada de R\$ 34,6 bilhões e em 2023 converteram-se em uma saída de R\$ 85,7 bilhões. Esse impacto negativo de mais de R\$ 120 bilhões comprometeu de maneira significativa a liquidez. Soma-se a isso a variação nos empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, que passaram de entrada de R\$ 8,4 bilhões para saída de R\$ 35 bilhões, além do aumento nos depósitos compulsórios junto ao Banco Central.

Situação semelhante foi identificada no Banco Santander (Brasil) S.A. (2025). Em 2023, a instituição registrou fluxo de caixa operacional positivo de R\$ 25,6 bilhões. Contudo, em 2024, o indicador foi revertido, passando para uma aplicação líquida de R\$ 33,7 bilhões negativos. Esse resultado destoou do desempenho econômico, já que a DRE do período evidenciou lucro contábil positivo.

No âmbito individual, o Santander também apresentou variações relevantes. O banco, que em 2023 havia reportado geração de caixa de R\$ 7,3 bilhões, encerrou 2024 com aplicação líquida de R\$ 27,8 bilhões. Essa alteração brusca refletiu não apenas variações em ativos e passivos operacionais, mas também o aumento expressivo do valor de tributos pagos no exercício, que consumiram parte relevante do caixa.

A análise detalhada dos casos de Bradesco e Santander confirma que o fluxo de caixa operacional pode ser substancialmente impactado por fatores específicos que não necessariamente se refletem no resultado econômico. Isso ocorre porque a DRE, elaborada com base no regime de competência, reconhece receitas e despesas no momento de sua ocorrência, enquanto a DFC reflete apenas a movimentação efetiva de recursos financeiros.

Essa divergência metodológica explica por que empresas com lucro contábil positivo podem enfrentar restrições de liquidez. Assaf Neto e Silva (2002) ressaltam que limitações de caixa não são exclusivas de organizações deficitárias, mas podem ocorrer em empresas lucrativas em razão do ciclo operacional, da expansão das atividades, de investimentos em modernização produtiva ou até mesmo de ajustes regulatórios.

No setor bancário, em especial, esses fatores ganham relevância adicional. A estrutura da carteira de crédito, a política de reservas compulsórias e as variações em ativos financeiros representam elementos que influenciam diretamente a liquidez, sem alterar de imediato o resultado econômico. Assim, as peculiaridades do segmento explicam em parte as divergências encontradas.

Os dados apurados neste estudo também reforçam a importância da análise integrada dos dois demonstrativos. Enquanto a DRE apresenta a rentabilidade da instituição e sua eficiência operacional, a DFC revela a solidez financeira e a capacidade de manter as operações no curto prazo. Avaliar apenas um desses relatórios pode induzir gestores e investidores a conclusões equivocadas.

Outro ponto relevante é que divergências recorrentes entre lucro contábil e fluxo de caixa operacional podem sinalizar riscos ocultos, seja de natureza operacional, seja de gestão de ativos e passivos. Por esse motivo, a análise conjunta contribui para a transparência e a prevenção de crises de liquidez, especialmente em setores altamente regulados, como o bancário.

Outro aspecto relevante que influenciou os resultados das instituições financeiras no período analisado foi a intensificação da digitalização dos serviços bancários. O avanço tecnológico exigiu que os bancos direcionassem recursos expressivos para modernização de sistemas, segurança cibernética, atendimento digital e adequação às novas demandas de clientes cada vez mais conectados. Esse processo, embora essencial para a competitividade, implicou em maiores saídas de caixa que, muitas vezes, não se refletiram de imediato nos indicadores de rentabilidade.

Nesse contexto, observa-se também o crescimento acelerado das *fintechs*, que passaram a disputar espaço no mercado tradicional, oferecendo serviços mais ágeis e com custos reduzidos. Essa nova configuração elevou a pressão competitiva sobre os bancos, obrigando-os a ampliar investimentos em inovação e em estratégias de fidelização de clientes. Em consequência, ainda que as demonstrações contábeis evidenciem lucros consistentes, a pressão sobre a liquidez tornou-se mais intensa, comprometendo o fluxo de caixa operacional de diversas instituições.

Assim, torna-se evidente que a análise isolada do lucro contábil, apurado pela Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), pode transmitir uma percepção parcial sobre a real situação das instituições bancárias. A comparação com a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) revela que, em cenários de forte digitalização e alta competitividade, a sustentabilidade financeira depende não apenas da rentabilidade, mas também da capacidade de equilibrar saídas e entradas de caixa. Nesse sentido, reforça-se a importância de avaliar de forma conjunta os dois demonstrativos, como alertado por estudos recentes (Febraban, 2024).

Em síntese, a análise de resultados evidencia que não existe correspondência absoluta entre resultado econômico e financeiro. Casos como os do Bradesco e do Santander demonstram que empresas lucrativas podem enfrentar déficits de caixa em razão de fatores conjunturais e estruturais, reforçando a necessidade de uma interpretação crítica e ampliada dos relatórios contábeis.

Portanto, conclui-se que a utilização simultânea da DRE e da DFC é essencial para compreender a real situação das instituições financeiras. Apenas com essa leitura combinada é possível conciliar perspectivas de rentabilidade e liquidez, permitindo uma avaliação mais completa da saúde econômico-financeira das organizações.

É importante que se avalie também que limitações de caixa não se constituem em características exclusivas de empresas que convivem com prejuízos. Empresas lucrativas podem também apresentar problemas de caixa como consequência do comportamento de seu ciclo operacional. Por outro lado, problemas de caixa costumam ocorrer em lançamentos de novos produtos, fases de expansão da atividade, modernização produtiva, etc. (Assaf Neto; Silva, 2002, p. 40).

Essa diferença mostra a importância de uma análise conjunta dos dois demonstrativos. No setor bancário, em especial, fatores como estrutura da carteira de crédito e ajustes regulatórios influenciam diretamente a geração de caixa, sem impactar proporcionalmente o resultado econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada demonstrou que não existe uma relação absoluta entre resultado econômico e resultado financeiro, especialmente quando se observa com maior profundidade o segmento bancário. A partir da avaliação de dez instituições ao longo dos anos de 2022, 2023 e 2024, constatou-se que metade delas apresentou divergência entre o lucro contábil e o caixa gerado pelas atividades operacionais, evidenciando que resultados positivos apurados na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) nem sempre foram acompanhados pela efetiva geração de caixa apresentada na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Casos como os do Bradesco S.A. e do Santander (Brasil) S.A. ilustram de forma clara essa discrepância entre os dois demonstrativos. Em ambos, apesar da rentabilidade evidenciada na DRE, os fluxos de caixa operacionais foram negativos, influenciados por variações em ativos e passivos, ajustes contábeis ao lucro líquido e alterações nos tributos pagos. Tais fatores, embora relevantes, não devem ser tomados como regra geral, uma vez que refletem circunstâncias pontuais de cada instituição. Ademais, reforçam a noção de que a contabilidade pelo regime de competência não traduz necessariamente a movimentação efetiva do caixa. Conforme salientam Assaf Neto e Silva (2002), mesmo empresas lucrativas podem enfrentar restrições de liquidez em razão de seu ciclo operacional, da realização de investimentos ou de estratégias de expansão.

Diante disso, conclui-se que a análise isolada de apenas um demonstrativo pode conduzir a interpretações incompletas sobre o desempenho financeiro das instituições. A utilização conjunta da DRE e da DFC mostra-se essencial para compreender de forma mais precisa a capacidade de geração de valor e de liquidez, sobretudo em um setor regulado, complexo e altamente sensível a fatores macroeconômicos, como o bancário.

Apesar das contribuições, o estudo apresenta algumas limitações que devem ser reconhecidas. A amostra restringiu-se a dez instituições financeiras, o que, embora representativo dentro do setor, pode não refletir as particularidades do mercado financeiro brasileiro como um todo. Além disso, os dados analisados foram públicos e consolidados, não permitindo um exame mais detalhado de determinadas movimentações internas.

Outra limitação decorre do foco exclusivo no setor bancário. Embora justificável pela relevância e pelo impacto sistêmico do segmento, recomenda-se que pesquisas futuras apliquem a mesma metodologia em setores como varejo, energia e tecnologia, a fim de verificar se a divergência entre lucro contábil e fluxo de caixa operacional é uma característica específica das instituições financeiras ou se também se reproduz em outros ramos da economia.

Por fim, sugere-se que trabalhos posteriores ampliem a análise para além da DRE e da DFC, incorporando demonstrativos como o Balanço Patrimonial, bem como indicadores de liquidez, endividamento e de valor de mercado, como o EBITDA e o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE). A ampliação do escopo pode proporcionar uma compreensão mais abrangente e estratégica da real performance das organizações, permitindo uma visão mais crítica e completa da saúde econômico-financeira das empresas.

REFERÊNCIAS

- ALLIATTI, Daniela de Almeida. **Resultado econômico x resultado financeiro**. 2012. 110f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/73031>. Acesso em: 25 mai. 2025.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do Capital de Giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO. **Empresas listadas**. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em: 10 out. 2025.
- BANCO BRADESCO. Central de Resultados. **Banco Bradesco**, Osasco, 2025. Disponível em: <https://www.bradescori.com.br/informacoes-ao-mercado/central-de-resultados/>. Acesso em: 25 mai. 2025.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. Normas contábeis aplicadas às instituições financeiras. **Gov.br**, Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 16 ago. 2025.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Atas das reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom)**. Brasília: BACEN, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxaselic>. Acesso em: 16 ago. 2025.
- BANCO SANTANDER (Brasil) S.A. **Divulgação de Resultados**. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.santander.com.br/ri/resultados-e-relatorios/divulgacao-de-resultados/>. Acesso em: 25 maio 2025.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa**. Brasília: Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2010. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>. Acesso em: 25 maio 2025.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília: Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2011. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>. Acesso em: 25 maio 2025.
- FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS – FEBRABAN. **Tecnologia bancária 2024**: Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária. São Paulo: FEBRABAN, 2024. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/paginas/1117/pt-br/pesquisa>. Acesso em: 16 ago. 2025.
- FRANCO, Hilário. **Contabilidade básica**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Introdutória**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual prático de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. Barueri: Atlas, 2022.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Análise de balanços para avaliação de empresas**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2020.